

Proibida verba para defesa de monopólio

São Paulo — O presidente Fernando Henrique Cardoso vai controlar, por intermédio da Secretaria de Comunicação Social, a verba de R\$ 250 milhões que as estatais do setor de telecomunicações e a Petrobrás têm para gastar em publicidade este ano.

Segundo o secretário de Comunicação Social da Presidência, Roberto Muylaert, o governo não aprovará campanhas publicitárias que contrariem a linha oficial, especialmente as propostas de flexibilização dos monopólios.

“Pela medida provisória que criou a Secretaria de Comunica-

ção Social, uma de suas atribuições é justamente aprovar ou não toda a publicidade das estatais”, observou o secretário.

Números — Muylaert diz que o governo não dispõe de números precisos, mas sabe que a Petrobrás e a Telebrás aplicaram dinheiro em campanhas contra a quebra dos monopólios no ano passado, antes e durante a fracassada revisão constitucional.

Segundo o secretário, o governo saberá avaliar o que é propaganda institucional de valorização das empresas e o que configura resistência corporativa às reformas constitucionais.

“Ninguém está querendo criar caso, mas efetivamente a publicidade das estatais estará sob controle do acionista majoritário, que é o governo federal”, frisou Muylaert.

Ceticismo — Titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais no governo Sarney, o consultor Antoninho Marmo Trevisan está cético em relação às promessas de maior controle pelo governo sobre as estatais.

Na opinião de Trevisan, historicamente as estatais fogem ao controle do governo por conta de seu gigantismo, mas especialmente por conta dos interesses

políticos difusos na sua administração superior.

Diante da proibição, os sindicatos das estatais envolvidas no processo de reforma constitucional já iniciaram uma campanha para recolher contribuições e formar um fundo para pagar anúncios contra a privatização.

• As corporações pretendem veicular propaganda no horário nobre das emissoras de televisão.

A ação do governo nesse sentido poderá também ser desencadeada através de campanha para mobilizar a sociedade a pressionar o Congresso na votação das reformas.